



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026 – UASG 200050
(PGEA nº 20.02.0200.0000573/2026-62)**

Torna-se público que a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região realizará **dispensa eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão pública: 01/06/2026

Horário da fase de lances: das 09:00 às 15:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. OBJETO DA DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente dispensa eletrônica é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para **prestação de serviços continuados, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de passagem expressa em pedágios, mediante identificação por radiofrequência (RFID), por meio de etiquetas eletrônicas (TIV/TAG)**, para os veículos da frota da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de **menor preço global**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Aviso, prevalecerão as últimas.

1.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme disposto no item 11.13 do Termo de Referência, parte integrante deste Aviso de Contratação Direta.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante utilização do Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico acima mencionado;

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

2.2.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.3.1. Inclui-se nesta vedação o fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.3.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região ou com servidor que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão TCU nº 746/2014 – Plenário);

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.5.1. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações não poderão constituir pretexto para a contratada cobrar serviços extras ou alterar a composição de preços. Considerar-se-á a contratada como altamente especializada nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, todos os custos diretos e indiretos de serviços, equipamentos, materiais, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, sendo que tal impedimento decorre do funcionamento do próprio sistema.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.10.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, em caso de microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.10.2.1. Neste caso, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

3.10.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.10.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

3.10.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir do dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O lance deverá ser ofertado sobre o **PREÇO GLOBAL** do contrato.

4.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 5,00**.

4.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta original.

4.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que, no **prazo de 30 (trinta) minutos**, seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. O PREÇO GLOBAL MÁXIMO aceitável para a presente contratação, conforme item 9 do Termo de Referência, é de **R\$ 5.830,45**;

5.4. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta adequada ao último lance, conforme modelo disponibilizado e, se necessário, de documentos complementares, no **prazo de 2 (duas) horas**.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. Contiver vícios insanáveis;

5.6.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. Apresentar preços inexecutáveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. For inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

5.7.2. A inexecutabilidade, na hipótese tratada no subitem anterior, só será considerada após diligência da Administração que comprove:

5.7.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e,

5.7.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove sua exequibilidade.

5.9. As propostas e planilhas poderão ser ajustadas pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do “Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação” deste Aviso de Contratação Direta;

6.1.1. A verificação dos documentos tratada neste item será realizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou em outras bases de dados mantidas pelo Poder Público, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados, exceto os que não constem dos referidos sistemas, os quais deverão ser apresentados pelo fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

6.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.2.4. Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);

6.2.5. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.2.2 a 6.2.4 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

6.3.1. Caso conste na consulta ao SICAF a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

6.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

6.3.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

6.3.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

6.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada;

6.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar as certidões válidas.

6.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, no **prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual – MEI, que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e a adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado o respectivo termo de contrato;

7.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o instrumento contratual, contados da data de sua convocação, que poderá ser feita por meio eletrônico, sob



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Termo de Referência;

7.1.2. Para a assinatura digital do contrato, dentro do prazo previsto no item anterior, o adjudicatário deverá efetuar seu pré-cadastro no sistema Protocolo Administrativo Eletrônico, seguindo as orientações disponíveis no portal: <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>;

7.1.3. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por solicitação justificada do adjudicatário e desde que aceita pela Administração;

7.1.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pela empresa durante toda a vigência do contrato.

7.2. Serão partes integrantes do contrato a proposta apresentada pela empresa vencedora, com todos os seus elementos que tenham servido de base para o julgamento do certame, bem como este Aviso e seus anexos, nos quais se inclui o Termo de Referência, independentemente de transcrição.

7.3. São vedadas a terceirização, a subcontratação ou a veiculação de qualquer notícia sobre o contrato, sem prévia e expressa anuência da Administração, sob pena de aplicação das penalidades legais e administrativas.

7.4. O contrato terá período de vigência de **24 meses**, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com as condições estabelecidas no item 11 do Termo de Referência.

8. SANÇÕES

8.1. Com amparo nas disposições constantes no art. 6º, IX, e no art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a proponente e a contratada poderão ser responsabilizadas administrativamente pelas infrações administrativas cometidas no procedimento que preceder a contratação ou na execução do contrato, de acordo com o disposto no item 14 do Termo de Referência, na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e na [IN DG nº 2/2024](#), partes integrantes deste Aviso de Contratação Direta.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (dispensa fracassada), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (dispensa deserta).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada a respectiva ata no sistema eletrônico.

9.13. Em caso de dúvidas, encaminhar e-mail para prr02.dac.licitacao@mpt.mp.br.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Da Proposta e Documentos de Habilitação
Anexo II – Modelo de Declaração
Anexo III – Modelo de Proposta Comercial
Anexo IV – Minuta do Termo de Contrato
Anexo V – Termo de Referência

São Paulo, data da assinatura eletrônica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

assinado eletronicamente
KLEIBER VITORETTI
Seção de Licitações e Compras



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO I – DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Proposta comercial elaborada observando-se as disposições e especificações contidas neste Aviso de Contratação Direta, apresentada conforme modelo constante no **Anexo III**;
2. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, conforme modelo contido no **Anexo II**;
3. Inscrição, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de procuração, quando for o caso;
4. Documento de identificação de seus administradores e eventuais procuradores;
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
6. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta da RFB e da PGFN), com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (certidão expedida pelo TST) e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (certificado de regularidade do FGTS); sendo que tais certidões poderão ser obtidas através do SICAF;
7. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos últimos 90 dias ou com vigência dentro daquela estipulada no corpo da própria certidão.

AVISO IMPORTANTE!

Senhores licitantes, pedimos atenção à Instrução Normativa DG/MPT nº 02/2024, que estabelece a dosimetria das sanções aplicadas tanto no procedimento licitatório, quanto na execução dos contratos, em especial:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena base – **4 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena base – **12 meses** de impedimento de licitar e contratar com a União;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação: Pena base – **48 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- d) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- e) Comportar-se de modo inidôneo: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- f) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena base – **54 meses** de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Seção de Licitações e Compras

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

_____ (responsável legal), portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, em nome da empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____ (endereço completo), QUE:

- Para fins do disposto no art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, não possui sócio, gerente ou diretor que seja cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros do Ministério Público da União e nem de servidores que sejam ocupantes de cargo de direção ou chefia.
- Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Tem pleno conhecimento e concorda com todas as condições contidas no Termo de Referência e demais documentos do procedimento de contratação, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- Possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local de execução, caso opte por não efetuar a vistoria prévia, quando a avaliação prévia do local for imprescindível para a execução do objeto contratual.
- A proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, convenções coletivas de trabalho e outras normas infralegais pertinentes.
- Cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- Tem responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

Cargo:

Local e Data:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:		CIDADE/UF:		CEP:	
FONE:		E-MAIL:			
NOME PARA CONTATO:					
DADOS PARA PAGAMENTO:	BANCO:				
	AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:		
REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO:					
	RG:		CPF:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de passagem expressa em pedágios, mediante identificação por radiofrequência (RFID), por meio de etiquetas eletrônicas (TIV/TAG), para os veículos da frota da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, pelo critério de menor preço global, conforme condições e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO (R\$)
1	Taxa de Adesão (paga apenas uma vez) (A)	
	Mensalidade (por veículo) (B)	
	Taxa de Reemissão (considerada apenas 1) (C)	
	Período de Vigência Contratual (D)	24
	Quantidade de Veículos (E)	10
PREÇO GLOBAL $(A + ((B \times E) \times D) + C)$ (R\$)		

VALIDADE DA PROPOSTA: mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA: **10 (dez) dias**, contados da data de assinatura do contrato ou de outra data a ser estipulada pela Administração.

O preço proposto deverá abranger todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução do objeto da contratação, tais como encargos operacionais, trabalhistas, sociais e tributários.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Código Civil Brasileiro e pelo Código de Defesa do Consumidor.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo discrepância entre quaisquer informações ou documentos que deles façam parte, e estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma, influir nos custos, assim como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações.

Local e Data:

Assinatura:

Nome:

RG:

Cargo:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº **XX/2026**

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

A UNIÃO FEDERAL, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO / PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, com sede na Rua Cubatão nº 322, São Paulo/SP, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, neste ato representada por sua Procuradora-Chefe Vera Lúcia Carlos, conduzida ao cargo pela Portaria PGT nº 1.455, de 29/09/2025, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria PGT nº 1.728, de 02/10/2017, ambas do Procurador Geral do Trabalho, a seguir designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa (**razão social**), com sede (**endereço completo**), CEP: **XXXXX**, telefone **XXXXX**, e-mail **XXXXX**, CNPJ nº **XXXXX**, neste ato representada por (**qualificação completa**), RG nº **XXXXX**, CPF nº **XXXXX**, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, considerando os elementos constantes do processo eletrônico de gestão administrativa nº **20.02.0200.0000573/2026-62**, e em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGEM EXPRESSA EM PEDÁGIOS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Prestação de serviços continuados, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de **passagem expressa em pedágios**, mediante identificação por radiofrequência (RFID), por meio de **etiquetas eletrônicas (TIV/TAG)**, para os veículos da frota da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O fornecimento do objeto obedecerá ao estipulado neste contrato, às disposições contidas no Termo de Referência e seus anexos, às obrigações assumidas na “Proposta Comercial” da CONTRATADA e aos demais documentos constantes do processo eletrônico de gestão administrativa nº **20.02.0200.0000573/2026-62**, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Este contrato tem o regime de **execução indireta**, na modalidade de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CONTRATANTE E CONTRATADA obrigam-se quanto ao estabelecido nos **itens 12 e 13** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, conforme **item 6** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O período de vigência do contrato será de **24 meses**, contado da sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, a critério da CONTRATANTE, com a anuência da CONTRATADA, observado o limite legal máximo de 10 (dez) anos, sendo que a não prorrogação não gera direito de indenização à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, o **preço global de R\$ XX,XX**.

PARÁGRAFO ÚNICO – No preço global estão incluídos todos os custos decorrentes da execução do objeto da contratação, tais como encargos operacionais, trabalhistas, sociais, tributários, entre outros.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

As disposições sobre reajuste encontram-se no **item 17** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

CONTRATANTE E CONTRATADA obrigam-se quanto ao estabelecido no **item 7** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público do Trabalho, Programa/Atividade 03.062.0031.4262.0001 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário, elementos de despesa 3390.3308 – Pedágios e 3390.3903 – Comissões e Corretagens.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a cobertura das despesas foi emitida a **Nota de Empenho nº XXXXX**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções administrativas aplicáveis em razão do descumprimento das obrigações encontram-se especificadas no **item 14** do Termo de Referência, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser extinto pela CONTRATANTE, sendo que os motivos para uma eventual extinção, a forma como ela ocorrerá e suas consequências, são aqueles previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE poderá extinguir este contrato, sem ônus, antes do término de sua vigência, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, consoante disposto no art. 106, III, da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para a extinção referida no parágrafo anterior, a CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com a Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PROCESSO, DA DEFESA E DOS RECURSOS

Determinada a abertura de processo para aplicação de qualquer sanção referida na cláusula décima primeira, bem como para extinção contratual disciplinada na cláusula décima segunda, a CONTRATADA será notificada para apresentação de DEFESA PRELIMINAR, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação, na forma dos artigos 44 e 45 da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando for o caso de aplicação exclusiva das sanções previstas no art. 156, I e II, da Lei nº 14.133/2021 (advertência e multa), o procedimento sumário seguirá conforme o art. 57 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas hipóteses em que seja possível a aplicação das sanções previstas no art. 156, III e IV, da Lei nº 14.133/2021 (impedimento e declaração de inidoneidade), será instaurado processo de responsabilização, na forma do art. 48 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções do art. 156, I, II e III, da Lei nº 14.133/2021 caberá recurso, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da intimação do acusado, na forma do art. 64 e seguintes da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023.

PARÁGRAFO QUARTO – Esgotados os recursos administrativos, a aplicação das sanções, bem como a extinção contratual unilateral, serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da CONTRATADA todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, inclusive as fixadas em norma coletiva de trabalho, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada a prestação de serviços por empresas que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor, este quando ocupante de cargo de direção, do Ministério Público da União, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, inclusive, conforme dispõe o art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nos termos do art. 4º da Resolução/CNMP nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, é vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão de obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste contrato emitido pela CONTRATADA durante a vigência da contratação (nota fiscal, fatura, relatório, declaração, requerimento,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

etc.), deverá ser apresentado por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, disponível no item SERVIÇOS do menu no portal da CONTRATANTE (<https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login>).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para utilização do protocolo administrativo eletrônico, a CONTRATADA deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Por ocasião do protocolo administrativo eletrônico de cada documento, a CONTRATADA deverá indicar o número do Processo de Gestão Administrativa (PGEA) relativo ao seu contrato, informado pela CONTRATANTE, além de cumprir todas as exigências quanto a prazo e forma para apresentação de documentos, expressas neste instrumento e no termo de referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXPEDIÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

O envio de documentos da CONTRATANTE à CONTRATADA será efetuado por meio de expedição eletrônica no processo de gestão administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento da execução do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE eventuais alterações em seus dados cadastrais, tais como e-mail, número de telefone, endereço, dados bancários, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedado à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº XX/2026

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente caso causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

PARÁGRAFO QUARTO – Em atendimento ao disposto na LGPD, a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO – A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrangidos pelo disposto nos incisos do art. 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A CONTRATANTE deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As questões judiciais oriundas do presente contrato serão dirimidas pela Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado e assinado pelas partes abaixo.

São Paulo, *data da assinatura eletrônica*.

assinatura eletrônica
CONTRATANTE

assinatura eletrônica
CONTRATADA

ANEXOS DO CONTRATO:
Termo de Referência
Proposta Comercial



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão-de-obra
PREGÃO Nº /2026
Processo Administrativo n.º 20.02.0200.0000573/2026-62

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, de passagem expressa em pedágios, mediante identificação por Radiofrequência (RFID), por meio de etiquetas eletrônicas (TIV/TAG) para os veículos da frota da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme condições, quantidades e exigências deste Termo de Referência, pelo critério de menor preço global.

1.2. O objeto da contratação se enquadra na definição de serviço contínuo, prevista no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021;

1.3. O contrato terá período de vigência por 24 meses, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, de acordo com as condições estabelecidas no item 11 deste termo de referência

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Regional de Segurança Institucional, no uso de suas atribuições, demanda a necessidade de prestação de serviços de Pedágio (via expressa) para utilização nos veículos da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (SEDE e Procuradoria do Trabalho nos Municípios de Barueri, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Santos e São Bernardo do Campo), gerando economia de combustível e viabilizando o desenvolvimento de suas atividades operacionais e de proteção de pessoal.

2.2. O serviço de gerenciamento de pagamento automático de pedágios proporciona maior agilidade e controle para a frota desta PRT2;

2.3. A necessidade de utilização de Transponder de Identificação veicular - TIV (TAG'S), para atender a esta demanda;

2.4. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado pelo procedimento de dispensa eletrônica, previsto no art. 75, II da Lei nº 14.133/21, e disciplinado na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#) em razão do valor total estimado para a contratação.

2.5. Este termo de referência utiliza os dados constantes no Documento de Oficialização da Demanda, sendo dispensada a elaboração do Estudo Técnico



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

Preliminar em razão do valor e da baixa complexidade técnica, conforme art. 14 da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Considerando a necessidade de pagamento de pedágios, com impossibilidade de adotar a prática de adiantamento de numerário, como suprimento de fundos ou cartão corporativo, para pagamento de despesas de viagem, a solução mais vantajosa identificada para a contratação foi a de pagamento automático através de sistema de identificação por tecnologia de radiofrequência (RFID), composto por transponder/etiqueta de identificação veicular (TIV/TAG).

3.2. Considerando que a ARTESP viabiliza, mediante solicitação, a isenção de tarifas de pedágios para órgãos públicos, sendo necessária a apresentação de Declaração de Instalação do TAG, emitida pela Operadora de Serviços de Arrecadação - OSA, autorizada pela ARTESP e que este órgão já se beneficia da isenção de tarifas de pedágios em pistas automáticas, conforme disposto na [Portaria ARTESP nº 13, de 30/05/2014](#), é necessário que a Contratada seja autorizada a operar no ramo de sistema de pagamento automático de pedágio pela ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo.

3.3. Considerando também a existência de unidade deste órgão na cidade de Santos/SP, é necessário que a Contratada seja autorizada a operar também junto ao Departamento Hidroviário do estado de São Paulo.

3.4. Considerando eventuais atividades operacionais e de proteção de pessoal realizadas em conjunto com outras regionais, é necessário que a Contratada tenha abrangência em todo o território nacional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar do procedimento de dispensa eletrônica pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência e que atendam às suas exigências.

4.2. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos em conformidade com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, conforme especificado no Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.3. A proponente deverá:

a) comprovar sua situação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como suas qualificações técnica e financeira, na forma descrita no Aviso de Dispensa Eletrônica;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

- b) apresentar proposta comercial acompanhada da declaração de não parentesco, conforme modelo constante do Aviso de Dispensa Eletrônica.
- c) estar sem impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante comprovação na forma estabelecida no Aviso de Dispensa Eletrônica; e
- d) realizar as declarações em campos próprios do sistema eletrônico.

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A utilização dos serviços de pedágio é frequente, entretanto, a periodicidade está vinculada às características inerentes às atividades da Secretaria Regional de Segurança Institucional, unidade responsável por gerir e fiscalizar o contrato, fazer previsões de utilização desse serviço pelos usuários, acontecendo sempre em função de demandas variáveis.

5.1.2. A empresa contratada deverá:

- 5.1.2.1. ter abrangência em todas as rodovias do Estado de São Paulo e autorizadas a operar no ramo de sistema de pagamento automático de pedágio pela ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo e pelo Departamento Hidroviário do estado de São Paulo.
- 5.1.2.2. emitir Declaração de Instalação do TAG (etiqueta eletrônica de identificação), para os veículos oficiais, para fins de solicitação de isenção para pistas automáticas perante a ARTESP, nas rodovias concedidas, conforme benefício disposto na [Portaria ARTESP nº 13, de 30/05/2014](#).
- 5.1.2.3. fornecer as etiquetas TIV / TAG em pleno funcionamento para todos os veículos relacionados neste termo;
- 5.1.2.4. prestar serviço de autoatendimento via internet para inclusão, habilitação e cancelamento de TIV / TAGS e consulta a extratos mensais e outros relatórios gerenciais;
- 5.1.2.5. prestar serviço de entrega de TIV / TAGS sem cobrança adicional de frete no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato;
- 5.1.2.6. informar número de telefone de linha telefônica direta para prestar atendimento personalizado (o suporte não deverá ser via *Call Center*).

5.1.3. O quantitativo de veículos poderá ser alterado no decorrer da vigência contratual, devido a inclusão de novos veículos que venham a ser incorporados à frota ou decorrente de baixa patrimonial da frota.

5.1.3.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.4. O serviço será acionado quando da passagem do veículo pela cancela de pedágio;

5.1.5. Os serviços a serem contratados serão prestados durante 24 (vinte e quatro) horas de segunda-feira a domingo.

5.1.6. É necessário que a Contratada seja autorizada junto a ARTESP para os fins de pagamento automático de pedágios, apresentando Termo de Autorização emitido pela ARTESP, que trata de Operadora de Serviços de Pagamento Automático de Pedágios.

5.1.7. A taxa de adesão será cobrada no ato da contratação e o valor não faz parte da mensalidade ou custo fixo do serviço contratado, ou seja, será realizado o pagamento uma única vez, mediante a ativação da TAG.

5.1.8. Durante o período de vigência contratual, as TAG's que precisem ser substituídas por desgaste natural em decorrência da utilização serão isentas de cobrança.

5.1.9. A empresa contratada deverá entregar as TAG's no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura do contrato ou de data a ser estipulada pela Contratante, sem custo adicional para a CONTRATANTE, nos seguintes endereços:

Local	Endereço	Quantidade
SEDE	Rua Cubatão, 322, Paraíso, São Paulo/SP - CEP 04013-001	04
PTM BARUERI	Rua Rio Grande do Sul, nº 181, Vila Boa Vista, Barueri/SP - CEP 06411-060	02
PTM SANTOS	Av. Conselheiro Nébias, nº 444, 12º andar, Encruzilhada, Santos/SP - CEP 11045-000	02
PTM MOGI DAS CRUZES	Rua Professora Leonor de Oliveira Mello, nº 159, Mogi das Cruzes/SP - CEP 08730-140	02
TOTAL		10

5.1.9.1. Se constatada a inadequação do fornecimento dos itens, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para coletar e substituir o material em desacordo, contados do primeiro dia útil seguinte ao do envio da notificação para essa finalidade, que será feita pela Contratante por meio da expedição eletrônica de documentos, de acordo com o item 16 deste termo de referência.

5.1.9.2. A empresa Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes da coleta e substituição referidas no subitem 5.1.9.1, sem qualquer custo



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

adicional para a Contratante e sem prejuízo da apuração de irregularidades na execução contratual.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão efetuadas por servidores da CONTRATANTE designados para essa finalidade, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e nas normas internas da CONTRATANTE, competindo-lhe, dentre outras atividades:

- a. fiscalizar a execução contratual e zelar pelo atendimento das especificações exigidas e pelo cumprimento dos direitos e obrigações estabelecidos;
- b. comunicar e sanar as deficiências porventura verificadas na execução do objeto contratual;
- c. determinar o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados;
- d. atestar as notas fiscais/faturas quando comprovada a correta execução do contrato para fins de pagamento;

6.2. O acompanhamento e a fiscalização consistem na verificação de conformidade do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento das obrigações avençadas;

6.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade exclusiva da CONTRATADA quanto à integralidade e à correção dos serviços/fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

7. MEDIÇÃO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. Após cada período mensal de prestação de serviços, com vistas ao faturamento para posterior pagamento, a Contratada deverá enviar à CONTRATANTE, por protocolo administrativo eletrônico, conforme item 15 deste termo de referência, relatório descritivo dos serviços executados contendo a discriminação das transações (passagens em praças de pedágio, mensalidade e taxa de adesão no primeiro mês) e os respectivos valores no período.

7.1.1. O relatório referido no subitem anterior será verificado quanto a seus aspectos qualitativos e quantitativos, consideradas as exigências e condições contratuais, para fins de aprovação pela CONTRATANTE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

7.1.2. O prazo para análise e manifestação da CONTRATANTE quanto ao relatório mensal enviado pela CONTRATADA é de até 10 (dez) dias úteis, contados do seu recebimento oficial. Eventuais incorreções no relatório suspenderão este prazo, que será retomado após a reapresentação do documento corrigido.

7.1.3. A CONTRATANTE enviará à CONTRATADA a aprovação do relatório mensal por expedição eletrônica de documentos, conforme item 16 deste termo de referência.

7.2. O faturamento deverá ser efetuado pela CONTRATADA somente depois de recebida a aprovação do relatório mensal, a ser enviada pela CONTRATANTE conforme subitem anterior.

7.3. O documento de cobrança (nota fiscal, fatura, etc) deverá ser emitido pela CONTRATADA em nome da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0033-90, devidamente discriminado, sem emendas ou rasuras, e deverá conter o número e os demais dados da Nota de Empenho.

7.4. Todos os tributos e contribuições incidentes sobre o fornecimento deverão estar incluídos no valor total do respectivo documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie, principalmente aquela pertinente aos órgãos públicos federais.

7.5. A empresa optante pelo "Simples Nacional", em razão do disposto no art. 4º., XI, e no art. 6º. da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, deverá entregar à CONTRATANTE declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.244/2012, devidamente assinada por seu representante legal.

7.6. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em parcela única após o recebimento definitivo dos itens.

7.7. O pagamento ocorrerá apenas após consulta ao SICAF e desde que comprovada a regularidade da CONTRATADA perante a Receita Federal (e INSS), o FGTS e a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT).

7.8. O prazo para pagamento é de 10 (dez) dias úteis, contados da data do ateste da CONTRATANTE no documento de cobrança e, no caso de qualquer falta, incorreção ou atraso na apresentação da documentação pela CONTRATADA, tal prazo será interrompido, reiniciando-se a contagem do prazo total após a regularização da situação.

7.9. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária emitida pelo SIAFI para depósito em conta corrente por ela indicada, sendo necessário o decurso do prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data da liberação da ordem bancária pelo SIAFI para que os valores estejam efetivamente disponíveis na



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

conta corrente da CONTRATADA, devido a prazos bancários de transferências de fundos entre instituições financeiras, sobre o que a CONTRATANTE não possui qualquer tipo de responsabilidade ou influência.

7.10. A CONTRATANTE promoverá as retenções previstas na legislação pertinente.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, sem que o atraso decorrente gere direitos a acréscimos de qualquer natureza.

7.12. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, a CONTRATANTE poderá deduzi-la do valor a ser pago à CONTRATADA.

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MPT/PGT será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6/100) / 365 \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Para a presente contratação será realizado procedimento de dispensa eletrônica, previsto no art. 75, II da Lei nº 14.133/21, e disciplinado na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#), em razão do valor total estimado para a contratação.

8.2. Poderão participar do procedimento de dispensa eletrônica pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível com o objeto deste termo de referência e que atendam às suas exigências.

8.3. Para fins de habilitação, serão exigidos documentos em conformidade com o estabelecido na Lei nº 14.133/2021, conforme especificado no Aviso de Dispensa Eletrônica.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

8.4. Os preços propostos serão fixos, irredutíveis e deverão abranger todas as despesas incidentes sobre o objeto da contratação, tais como custos diretos e indiretos, tributos, transporte, seguros, lucro etc.

8.5. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação.

8.6. O critério de julgamento será o de menor preço global do contrato.

8.7. As infrações administrativas cometidas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas do item 15 e da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#).

9. VALORES MÁXIMOS ACEITÁVEIS

9.1. O valor máximo aceitável para a contratação é de R\$ 5.830,45 (Cinco mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos) e foi definido de acordo com o resultado da pesquisa de mercado, realizada de acordo com o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor da mensalidade x nº de viaturas (10) x nº de meses da vigência do contrato (24), somado ao valor da taxa de adesão e ao valor de reemissão referente a uma unidade de TAG. O valor de uma unidade foi considerado para a eventualidade de ser necessária a reemissão de TAG's, no entanto, a quantidade de TAG's a serem reemitidas é imprevisível.

Data da elaboração do orçamento estimativo: 29/04/2026.

Preço Global Estimado (Para 24 meses de vigência contratual)

Taxa de Adesão (paga apenas uma vez) (A)	R\$ 199,50
Mensalidade (por veículo) (B)	R\$ 23,40
Taxa de Reemissão (Considerada apenas 1) (C)	R\$ 14,95
Período de Vigência Contratual (D)	24
Quantidade de veículos (E)	10
Total = (A+((B*E)*D)+C)	R\$ 5.830,45

9.1.1. A taxa de adesão, se constar da proposta da proponente vencedora, deverá ser cobrada em parcela única no faturamento do primeiro mês de execução contratual, seu respectivo valor não faz parte da mensalidade ou custo fixo do serviço contratado, ou seja, o pagamento da taxa de adesão, será realizado uma única vez.

9.1.2. As TAG's que precisem ser substituídas por desgaste natural em decorrência da utilização serão isentas de cobrança.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

9.1.3.1 A taxa de reemissão será cobrada em parcela única no ato da solicitação de nova TAG demandada pela CONTRATANTE e o valor não faz parte da mensalidade ou custo fixo do serviço contratado, ou seja, será realizado o pagamento uma única vez, mediante a ativação da TAG.

9.2. Os valores estimados de utilização com gastos em pedágios, para o período de 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, foram elencados na tabela abaixo e não serão objeto de formulação de preço:

Valores estimados com gastos em pedágios		
	MENSAL	24 meses
SEDE	R\$ 65,00	R\$ 1.560,00
BARUERI	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
SANTOS	R\$ 60,00	R\$ 1.440,00
MOGI	R\$ 50,00	R\$ 1.200,00
TOTAL PRT2	R\$ 255,00	R\$ 6.120,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O planejamento para a contratação foi aprovado nas Demandas do Sistema Cosmos para o exercício de 2026 e as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Ministério Público da União.

10.2. A despesa está dentro dos limites legais conforme o disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O código referente ao Catálogo de Serviços - CATSER do Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG para o item é o seguinte:

PEDÁGIO ELETRÔNICO - CÓDIGO CATSER: 21903

11. CONTRATAÇÃO E VIGÊNCIA

11.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.

11.2. Para contratação, será celebrado contrato administrativo, nos termos da minuta anexa ao Aviso de Dispensa Eletrônica;

11.3. O contrato administrativo ficará vinculado a este Termo de Referência, ao Aviso de Dispensa Eletrônica que preceder à contratação e à proposta comercial da proponente vencedora, os quais farão parte do instrumento contratual, independentemente de transcrição;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

11.4. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogáveis sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme disposto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021;

11.5. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, e da existência de créditos orçamentários consignados no orçamento aprovado da CONTRATANTE para cada exercício financeiro;

11.6. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação da vigência do contrato;

11.7. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

11.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

11.9. Os preços do contrato poderão ser reajustados, conforme estabelecido no item 17 deste Termo de Referência;

11.10. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;

11.10.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

11.11. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.12. O contrato poderá ser extinto antes do término do prazo de sua vigência, nas hipóteses previstas nos artigos 106, III, e 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021;

11.13. Os serviços do objeto do contrato administrativo não poderão ser subcontratados total ou parcialmente.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

12.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.2. Prestar os esclarecimentos relativos ao objeto da contratação, quando solicitados por escrito pela CONTRATADA;

12.1.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido no item 8 deste termo de referência;

12.1.4. Relacionar-se com a CONTRATADA por intermédio de servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, o qual ficará incumbido de verificar aspectos quantitativos e qualitativos, assim como de registrar as falhas detectadas, bem como comunicar à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras. A ação ou omissão, total ou parcial, de fiscalização por parte da CONTRATANTE não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros, ou irregularidades constatadas.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA obriga-se a:

13.1.1. Executar os serviços de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, bem como com as condições constantes de sua proposta;

13.1.2. Cumprir os prazos estabelecidos pela CONTRATANTE;

13.1.3. Manter todas as condições de habilitação exigidas durante o prazo de vigência da contratação;

13.1.4. Responder, independentemente da fiscalização e do acompanhamento pela CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoais e/ou materiais causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto da contratação;

13.1.5. Responsabilizar-se, integralmente, pelo objeto da contratação, executando-o de acordo com as especificações e os prazos constantes deste termo de referência, assim como nos termos da legislação vigente e normas técnicas pertinentes;

13.1.6. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante o cumprimento do contrato para adoção imediata das medidas cabíveis;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

13.1.7. Não transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes da contratação;

13.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender.

13.1.9. Apresentar relatório mensal, e de modo individualizado, os valores referentes a cada evento ocorrido (transposição em praças de pedágios e estacionamento) e os valores das mensalidades dos TIV.

13.1.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato TAG's em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados;

13.1.11. Fornecer dispositivos (TAGs/TIVs) em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do contrato ou, nos casos de necessidade de substituição ou de acréscimo, da data da respectiva solicitação da CONTRATANTE;

13.1.12. Fornecer atendimento 24 (vinte e quatro) horas através de CALL Center, 0800 e site;

13.1.13. Tornar disponível via Internet, mediante Código de Usuário e respectiva Senha, as informações sobre as transações efetuadas e extratos de até 12 (doze) meses anteriores;

13.1.14. Fornecer Manual de Instrução juntamente com os TIV / TAGS;

13.1.15. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.1.16. Apresentar à Contratante a Fatura Eletrônica acompanhada do Extrato Mensal.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O cometimento de infrações administrativas no procedimento de dispensa eletrônica de licitação e na execução do contrato ensejam o sancionamento administrativo, de acordo com as disciplinas estabelecidas nos itens abaixo e na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#).

14.2. Com amparo no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

- II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2.1. O atraso injustificado na entrega dos dispositivos (TAG's/TIV's) superior a 10 (dez) dias configura inexecução parcial ou total do contrato.

14.3. A critério da CONTRATANTE, com amparo nas disposições do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as sanções abaixo:

- a) advertência formal, somente na hipótese de inexecução contratual parcial do contrato injustificada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de mora, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, limitada a 10 (dez) dias (5%), sobre o valor total do contrato, atualizado desde a data da assinatura do contrato até o mês da ocorrência do fato que ensejar o sancionamento, pelo atraso injustificado na entrega dos dispositivos (TAGs/TIVs), a partir do dia do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação até a data do devido adimplemento;
- c) multa sancionatória de até 15% (quinze por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, aplicável sobre o valor total atualizado do contrato;
- d) multa sancionatória de até 30% (trinta por cento) no caso de inexecução total do contrato, aplicável sobre o valor total atualizado do contrato;
- e) impedimento de licitar e contratar no âmbito no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, por período de até 3 (três) anos, definido pela CONTRATANTE, conforme a natureza e a gravidade do inadimplemento contratual, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 15.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, impedindo a CONTRATADA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, na ocorrência das infrações administrativas previstas nos subitens VIII, IX, X, XI e XII do item 15.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 15.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção especificada na alínea “e” acima.

14.3.1. A base de cálculo para as multas especificadas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 14.3 consiste no preço global do contrato, atualizado desde a data de sua assinatura até o mês da ocorrência do fato que ensejar o sancionamento; e

14.3.2. Os valores utilizados na base de cálculo das multas de mora e sancionatórias serão atualizados pelo índice IGP-DI (FGV), ou por aquele que vier a substituí-lo.

14.3.2.1. Será considerado o preço sem atualização na eventualidade de variação negativa do índice indicado no subitem anterior.

14.3.3. A sanção administrativa especificada na alínea “f” do item 15.3 observará as regras estabelecidas no § 6º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#).

14.4. A aplicação das sanções previstas, em hipótese alguma, não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparação integral de eventual dano causado à CONTRATANTE.

14.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.5.1. As multas sancionatórias serão graduadas conforme critérios previstos na [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#).

14.5.2. As multas serão independentes e, a critério da CONTRATANTE, cumulativas, inclusive com as demais penalidades acima especificadas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

14.6. A licitante ou a contratada sancionada com multa deverá efetuar pagamento no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data do envio pela CONTRATANTE, da respectiva GRU – Guia de Recolhimento da União, por expedição eletrônica de documentos, conforme item 16 deste termo de referência.

14.6.1. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será descontado dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região.

14.6.2. Na impossibilidade de ser efetuado o desconto na forma prevista no subitem anterior, a Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região providenciará a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN – e encaminhará cópia do respectivo processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

14.7. Na eventualidade de aplicação de qualquer sanção, à CONTRATADA são asseguradas a apresentação de defesa prévia e a interposição de recurso administrativo, consoante disposições do art. 157 e do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 e da [Portaria PGR/MPU nº 178/2023](#) e [IN DG nº 02/2024](#).

15. PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

15.1. Todo e qualquer documento relativo ao objeto deste Termo de Referência emitido pela CONTRATADA durante a vigência da contratação (nota fiscal, fatura, relatório, declaração, requerimento, etc.), deverá ser apresentado por meio do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, disponível no item SERVIÇOS do menu no portal da CONTRATANTE (<https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>);

15.2. Para a utilização do PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO, após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá efetuar seu pré-cadastro e tomar as demais providências indicadas nas orientações disponíveis no portal referido no subitem anterior;

15.3. Por ocasião do protocolo administrativo eletrônico de cada documento, a CONTRATADA deverá indicar o número do Processo de Gestão Administrativa (PGEA) relativo à sua contratação, informado pela CONTRATANTE, além de cumprir todas as exigências quanto a prazo e forma.

16. EXPEDIÇÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

16.1. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

efetuadas por meio de expedição eletrônica no processo de gestão administrativa (PGEA) autuado para acompanhamento do contrato relativo à execução do objeto deste Termo de Referência.

16.2. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá comunicar à contratante eventuais alterações em seus dados, como e-mail, número de telefone, endereço etc.

17. REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente contratados serão reajustados para mais ou para menos, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou aquele que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção, observado o intervalo mínimo de 1 (um) ano, a contar:

- a) a) para o primeiro reajuste, da data da elaboração do orçamento estimativo utilizado pela Contratante para definir os preços máximos aceitáveis no procedimento que preceder a contratação; e
- b) nos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

17.2. Para o reajuste, a variação do índice mencionado no subitem 10.6.1 será calculada com base na seguinte fórmula:

$$R = ((I - I_0) / I_0) \times P$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste; I₀ = índice relativo ao mês da data do orçamento estimativo;

P = preço atual dos serviços;

b) para os reajustes subsequentes:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços atualizado até o último reajuste efetuado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

- 17.3. O pedido de reajuste deverá ser formulado pela Contratada por escrito.
- 17.4. É vedada, por ocasião de pedido de reajuste, a inclusão de serviços não previstos na planilha de custos e formação de preços apresentada com a proposta da CONTRATADA na licitação.
- 17.5. Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste caso a CONTRATADA deixe de requerê-lo antes a extinção do contrato.
- 17.6. O contrato poderá ser extinto, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 18.1. Não será necessária a apresentação de garantia contratual.

19. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Administração.

19.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

19.3. A CONTRATADA se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

19.4. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente em caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

19.5. Em atendimento ao disposto na LGPD, a Administração, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

19.6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO/SP

situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

19.7. A CONTRATADA, quando do encerramento do contrato, exceto se abrigados pelo disposto nos incisos do art. 16 da LGPD, fica obrigada a eliminar todos os dados pessoais obtidos em razão da execução do contrato. A Administração deverá ser formal e justificadamente comunicada da eventual impossibilidade da eliminação de dados pessoais que não se enquadrem na hipótese legal acima mencionada.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A contratação ficará vinculada a este termo de referência, bem como à proposta comercial apresentada pela(s) empresa(s) vencedora(s), que deverá(ão) cumprir todas as obrigações decorrentes do estabelecido nos referidos documentos, independentemente da transcrição de seu teor para os instrumentos contratuais;

20.2. As questões judiciais decorrentes da contratação tratada neste Termo de Referência serão dirimidas pela Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo.